

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
- SANEPAR

3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 3ª Emissão de Debêntures da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR
- CNPJ/MF: 76.484.013/0001-45
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Ney Amilton Caldas Ferreira
- Atividades: a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Companhia e para o Estado do Paraná, dentro ou fora de seus limites territoriais, podendo, para atingir tais fins, participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas.

Características da Emissão

- Emissão: 3ª
- Séries: 1ª; 2ª.
- Data de Emissão (de ambas as séries): 15/11/2013
- Data de Vencimento: (i) 1ª Série: 15/11/2018; e (ii) 2ª Série: 15/11/2020
- Banco Escriurador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN:
 - (i) 1ª Série: SAPR13/ BRSAPRDBS050;
 - (ii) 2ª Série: SAPR23/ BRSAPRDBS068.
- Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados a negócios de gestão ordinária da Emissora, quais

sejam: (i) pagamento de dívidas já contraídas pela Emissora; e (ii) capital de giro a ser utilizado pela Emissora.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação*.

*Redação em conformidade com o 1º. Aditamento à Escritura de Emissão.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 24/05/2016, foi aprovada a reforma do Estatuto Social da Companhia para alterar os valores de alçada relativos aos níveis de competência da administração da Companhia.

Em AGE, realizada em 21/11/2016, foi aprovada a reforma do Estatuto Social da Companhia, para incremento de funções estatutárias de Governança e Transparência, na forma do estabelecido pelo Conselho de Administração em sua 8ª/2016 Reunião Extraordinária.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: estatal;

→ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

→ Liquidez Geral: de 0,33 em 2015 para 0,45 em 2016;

→ Liquidez Corrente: de 1,00 em 2015 para 1,35 em 2016;

→ Liquidez Seca: de 0,95 em 2015 para 1,31 em 2016;

→ Giro do Ativo: de 0,36 em 2015 para 0,37 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 0,9% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 0,6% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 7,5% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 10,7% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 0,3% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de ambas as séries): R\$ 10.000,0000

- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: (i) 1ª Série: não aplicável; e (ii) 2ª Série: IPCA/IBGE

- REMUNERAÇÃO*: (i) 1ª Série: 110,80% do DI; e (ii) 2ª Série: 6,99% a.a.

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

→ 1ª Série:

Amortização:

16/11/2016 – R\$ 3.330,000000

Juros:

16/05/2016 – R\$ 747,349799

16/11/2016 – R\$ 764,147000

→ 2ª Série:

Juros:

16/05/2016 - R\$ 417,051790

16/11/2016 - R\$ 437,797849

• **POSIÇÃO DO ATIVO*:**

SAPR13 – 1ª Série:

Quantidade em circulação: 19.967

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 19.967

SAPR23 – 2ª Série:

Quantidade em circulação: 10.033

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 10.033

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **Resgate:** não houve;
- **Amortização:** conforme item 4 acima;
- **Conversão:** não aplicável;
- **Repactuação:** não aplicável;
- **Pagamento dos juros das debêntures realizados no período:** conforme item 4 acima;
- **Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** não houve.

6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos no item 6.1, alínea “(w)” da Escritura de Emissão.

Item	Posição em 31/12/2016 (Acumulado 12 meses)	Atingido
Índice de cobertura da despesa financeira líquida maior ou igual a 1,5 (a)		
EBITDA (acumulado 12 meses)	1.312.619.521,40	8,0
Despesa financeira líquida (acumulado 12 meses)	164.281.231,89	
Dívida Bancária Líquida menor ou igual a 3 (b)		
(Empréstimos, Financiamentos, Leasing financeiro e Debêntures) - (Disponibilidades e Aplicações Financeiras)	2.073.743.607,85	1,6
EBITDA (Acumulado 12 meses)	1.312.619.521,40	

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

- Emissão: 2ª.
- Valor da emissão: R\$ 639.450.000.00;
- Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª. Série: 8.294; (ii) 2ª. Série: 7.845; e (iii) 3ª. Série: 47.806;
- Espécie: quirografária com garantia fidejussória;
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª. Série: 15/06/2017; (ii) 2ª. Série: 15/06/2019; e (iii) 3ª. Série: 15/06/2022;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores*: (i) Fiança prestada por Andrade Gutierrez S.A. e pela Andrade Gutierrez Concessões S.A.;

*Redação em conformidade com o 4º Aditamento à Escritura de Emissão.

- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Amortização:

30/05/2016 – R\$ 500,000000

15/06/2016 – R\$ 5.000,000000

17/10/2016 – R\$ 911,490000

Amortização Extraordinária:

14/07/2016 – R\$ 398,256181

Juros:

15/06/2016 – R\$ 746,703983

14/07/2016 – R\$ 60,688543

15/12/2016 – R\$ 261,351857

Prêmio:

10/05/2016 – R\$ 52,872151

→ 2ª Série:

Amortização:

30/05/2016 – R\$ 500,000000

17/10/2016 – R\$ 911,570000

Amortização Extraordinária:

14/07/2016 – R\$ 840,062098

Juros:

15/06/2016 – R\$ 757,314463

14/07/2016 – R\$ 128,899638

15/12/2016 – R\$ 581,830348

Prêmio:

10/05/2016 – R\$ 52,918872

→ 3ª Série:

Amortização:

30/05/2016 – R\$ 668,281260

17/10/2016 – R\$ 1.234,738397

Amortização Extraordinária:

14/07/2016 – R\$ 1.198,565503

Juros:

15/06/2016 – R\$ 877,224502

14/07/2016 – R\$ 100,156987

Prêmio:

10/05/2016 – R\$ 70,241858

(ii) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR**

- Emissão: 6ª.
- Valor da emissão*: R\$ 250.000.000,00;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Quantidade de debêntures emitidas*: (i) 1ª Série: 8.000; e (ii) 2ª Série: 17.000;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures*: (i) 1ª Série: 15/08/2018; e (ii) 2ª Série: 15/08/2019;
*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

(iii) Denominação da companhia ofertante: **COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL**

- Emissão: 5ª.
- Valor da emissão: R\$ 1.000.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 100.000;
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: 13/05/2019;

- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
 - Juros:
 - 13/05/2016 – R\$ 752,247399
 - 14/11/2016 – R\$ 769,258700
- (iv) Denominação da companhia ofertante: CS BIOENERGIA S.A.**
 - Emissão: 1ª.
 - Valor da emissão: R\$ 30.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 3.000;
 - Espécie: com garantia real e com garantia adicional fidejussória;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 09/09/2017;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) Fiança prestada pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e pela Sra. Rosanna Cattalini; e (ii) cessão fiduciária de cotas de um fundo de investimento detidas pela Sra. Rosanna Cattalini, nos termos do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada e atualmente em vigor, que garantirão a proporção de 60% do volume das debêntures;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
 - Amortização:
 - 09/12/2016 – R\$ 1.000,000000
 - Juros:
 - 09/12/2016 – R\$ 398,569330

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	638.330	163.797
Contas a Receber de Clientes, líquido	5	559.797	477.281
Estoques		36.722	35.662
Impostos e Contribuições a Recuperar	6	39.021	28.829
Depósitos Vinculados		9.844	9.166
Outras Contas a Receber	7	23.526	23.648
Total do Circulante		<u>1.307.240</u>	<u>738.383</u>
Não Circulante			
Contas a Receber de Clientes, líquido	5	10.706	9.736
Impostos e Contribuições a Recuperar	6	760	684
Depósitos Vinculados	24	45.834	34.559
Ativos Financeiros Contratuais	10	172.381	77.420
Depósitos Judiciais	15.c	156.442	132.894
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.c	373.997	334.775
Outras Contas a Receber	7	43.695	16.357
Investimentos	8	12.403	8.224
Imobilizado, líquido	9.a	131.268	130.043
Intangível, líquido	9.b	7.199.393	6.761.600
Total do Não Circulante		<u>8.146.879</u>	<u>7.506.292</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>9.454.119</u>	<u>8.244.675</u>

PASSIVO

	Nota	2016	2015
Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	11	379.163	230.660
Empreiteiros e Fornecedores		133.505	125.404
Contratos de Concessão	12	7.501	7.052
Impostos e Contribuições	13	63.260	50.124
Salários e Encargos Sociais		157.379	140.286
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	17/18	134.055	95.101
Títulos a Pagar		-	3.087
Receitas a Apropriar		542	3.250
Cauções e Retenções Contratuais		2.338	2.684
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	25	53.062	46.896
Outras Contas a Pagar	14	36.513	36.957
Total do Circulante		967.318	741.501
Não Circulante			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	11	2.332.911	2.105.348
Contratos de Concessão	12	89.425	91.115
Impostos e Contribuições	13	1.411	1.468
Receitas a Apropriar		-	542
Provisões	15.a	506.576	463.423
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	25	742.866	656.541
Outras Contas a Pagar	14	4.939	4.430
Total do Não Circulante		3.678.128	3.322.867
Patrimônio Líquido			
	18		
Capital Social		2.847.664	2.597.360
Reserva de Reavaliação		87.200	92.825
Ajustes de Avaliação Patrimonial		10.410	12.147
Reservas de Lucros		1.779.937	1.398.472
Outros Resultados Abrangentes		83.462	79.503
Total do Patrimônio Líquido		4.808.673	4.180.307
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.454.119	8.244.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo 2

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita Operacional Líquida	19	3.477.525	2.971.185
Custos dos Produtos e Serviços	20	(1.445.108)	(1.345.162)
Lucro Bruto		2.032.417	1.626.023
Despesas Operacionais			
Comerciais	21	(253.067)	(202.780)
Administrativas	21	(616.161)	(591.952)
Outras Despesas Operacionais	21	(11.197)	(15.356)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	(3.361)	(1.688)
Programa de Participação nos Resultados	22	(53.123)	(40.947)
		(936.909)	(852.723)
Receitas (Despesas) Financeiras			
Receitas Financeiras	23	80.526	51.999
Despesas Financeiras	23	(244.807)	(211.473)
		(164.281)	(159.474)
Provisões			
Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	15.a	(43.153)	4.349
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	25	(98.489)	(77.861)
		(141.642)	(73.512)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		789.585	540.314
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.a	(162.738)	(101.870)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		626.847	438.444
Lucro Líquido Atribuível às Ações Ordinárias		195.890	202.969
Lucro Líquido Atribuível às Ações Preferenciais		430.957	235.475
Lucro Básico e Diluído por Ação	18.a		
Ordinária		0,86811	0,87499
Preferencial		1,71311	0,96249
Quantidade de Ações no Final do Exercício			
Ordinárias		167.911.724	231.967.956
Preferenciais		335.823.449	244.652.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo 3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião em separado sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita não faturada

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas não faturadas”), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de faturamento que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. No encerramento de cada mês, a Companhia determina com base em estimativas que incluem dados históricos como a média de consumo obtida da última leitura de hidrômetros, uma estimativa de consumo a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data da leitura e o encerramento do mês, com a finalidade de registrar sua receita incorrida e não faturada. A divulgação dos critérios adotados para reconhecimentos da receita, bem como os montantes apropriados para cada segmento de negócio em que a Companhia opera, estão incluídas nas notas explicativas 19 e 26.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, considerando a magnitude dos montantes envolvidos e o grau de julgamento da Administração na estimativa, que pode acarretar no reconhecimento de receita em período incorreto e/ou risco de receita inexistente e, portanto, apresentam um risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a avaliação dos controles internos chaves implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco adicional sobre a avaliação da existência e adequada valorização destas receitas. Adicionalmente, efetuamos o recálculo das estimativas de faturamento que resultam nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis, testes de lançamentos não rotineiros efetuados nas contas de receita, além de teste de inspeção física de documentação para uma amostra de vendas registradas durante o exercício.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto incluídas pela Companhia nas notas explicativas anteriormente mencionadas.

Plano de aposentadoria e plano de assistência médica

A Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também é patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aos aposentados. A apuração de suas obrigações atuariais é determinada de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário. Os critérios de mensuração da obrigação atuarial da Companhia e dos ativos e passivos desses planos, bem como seus impactos sobre as demonstrações contábeis, estão divulgados na nota explicativa 25.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria considerando a magnitude dos montantes envolvidos, além do alto grau de julgamento associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas que são afetadas pela expectativa futura de mercado ou condições econômicas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos do plano, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto e inflação. Variações nessas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego. Confrontamos essas premissas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas da área atuarial nos auxiliaram na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. No que diz respeito aos ativos do plano de pensão, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de confirmação de existência e avaliação destes ativos em conjunto com especialistas.

Demandas administrativas e judiciais

Como resultado de suas atividades operacionais, a Companhia é parte em diversos processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias cujo valor agregado totaliza R\$ 404.323 em 31 de dezembro de 2016, e, considerando sua probabilidade de perda avaliada como possível, nenhuma provisão foi constituída. Este assunto está divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela administração, bem como a realização de reuniões periódicas com a administração e com o departamento jurídico para discutir a evolução dos principais processos judiciais em andamento.

Adicionalmente, avaliamos se as divulgações sobre o assunto e especificamente sobre as contingências mais significativas incluídas na nota explicativa 15 foram adequadas.

Contratos de concessão

A Companhia realiza suas operações tendo por base contratos de concessão, os quais devido à sua época de assinatura apresentam duas categorias distintas denominadas: Contratos de programa e Contratos de concessão. Para os Contratos de programa, a Companhia efetua a bifurcação dos valores dos ativos entre ativo financeiro e ativo intangível. Para os Contratos de Concessão, firmados antes da Lei 11.445/07, os valores dos bens são registrados no ativo intangível, sem realização dessa bifurcação. Este assunto está divulgado na nota explicativa 9 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, além do fato que tal bifurcação e o cálculo do valor presente do ativo financeiro, é complexo e envolve julgamento e utilização de premissas subjetivas por parte da Administração da Companhia, como a definição da taxa de desconto.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia sobre este processo, bem como a avaliação da adequação do registro contábil resultante e avaliação das premissas adotadas e cálculos efetuados para o ajuste a valor presente. Obtivemos os novos contratos de programa firmados pela Companhia durante o ano. Adicionalmente, para uma amostra selecionada efetuamos teste de bifurcação do contrato entre ativos financeiros e ativos intangíveis, análise documental das adições relevantes no período, análise da natureza dos gastos capitalizados e sua adequação em relação às normas contábeis em vigor, além de recálculo da amortização com base nas taxas contidas no laudo de vida útil preparado pela Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 30 de janeiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/F-6